

## ***Apresentação do primeiro número do Dossiê***

*Lucas Trentin Rech e Vinicius Ferreira Lins*

### **Editorial**

Foi no verão de 1845 que Karl Marx e Friedrich Engels deram o passo decisivo na elaboração da sua teoria do valor. Recém expulso de Paris e residindo em Bruxelas desde fevereiro daquele ano, o Mouro havia recebido 1.500 francos de adiantamento do editor Karl Friedrich Julius Leske para a confecção de uma obra sobre economia política (que sequer começara)<sup>1</sup>. A convite de Engels, com os propósitos de aperfeiçoar os fundamentos científicos para a feitura da obra prometida e adquirir experiência factual sobre a classe trabalhadora na vanguarda do capitalismo, Marx emprega esse recurso em uma viagem de 6 semanas à Inglaterra (provavelmente entre as datas de 12 de julho e 21 de agosto)<sup>2</sup>. Pode-se dizer, sem lugar a dúvidas, que a jornada foi exitosa em ambas as frentes. No plano teórico, a maior parte do tempo foi despendida em Manchester, mais especificamente na *Chetham Library*, a biblioteca pública mais antiga da Inglaterra, criada em 1653<sup>3</sup>. Em uma alcova revestida de madeira cercada de vitrais<sup>4</sup>, os alemães devoraram, com apetite pantagruélico, mais de uma dezena de autores versados em economia política e/ou outras questões sociais, entre eles Charles D’Avenant, Thomas Tooke e William Petty<sup>5</sup>.

No plano político, foi uma oportunidade ímpar de constatar *in loco* as condições de vida do proletariado inglês, que era a classe trabalhadora mais pujante e melhor organizada sindical e politicamente. Em Manchester, e sobretudo em Londres, Marx pôde estreitar as relações com os dirigentes dos movimentos trabalhistas ingleses bem como observar em primeira mão o que Engels havia escrito em “a situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, publicado em finais de maio de 1845<sup>6</sup>.

Ainda fresca na memória estava a revolta dos tecelões da Silésia contra a miséria e a exploração, no ano anterior. Mas a situação na Inglaterra não tinha par. Guiados por Mary Burns<sup>7</sup>, operária e mili-

---

<sup>1</sup>GABRIEL, Mary. *Amor e Capital. A saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 113. e NETTO, José Paulo. *Karl Marx: uma biografia*. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 101.

<sup>2</sup>Netto, op. cit., p. 151.

<sup>3</sup>Ibid.

<sup>4</sup>Gabriel, op. cit., p. 123–124.

<sup>5</sup>CORNU, Auguste. *Karl Marx et Friedrich Engels. Leur vie et leur oeuvre. Tome IV: la formation du matérialisme historique (1845–1846)*. Paris: Presses universitaires de France, 1970, p. 147.

<sup>6</sup>Ibid.

<sup>7</sup>Netto, op. cit., p. 577–578.

tante de ascendência irlandesa que se tornou companheira de Engels, os amigos testemunharam que crianças que não tinham condições de trabalhar (o que mal se resumia à primeira infância) eram sedadas com ópio até os pais voltarem de jornadas que poderiam superar 16 horas. Entre as que laboravam, eram vistas em pandarecos e, de tão imundas, era difícil até identificar idade ou sexo<sup>8</sup>. Era comum, na falta de condições para bancar uma cama inteira, alugar-se um espaço na cama ou ainda uma vaga numa corda estendida ao longo de uma parede, junto à qual se podia dormir sentado.

Em Londres, encontram Heinrich Bauer, Karl Schapper e Joseph Moll, dirigentes da Liga dos Justos, organização operária que viria a se chamar Liga dos Comunistas. A organização assumia progressivamente um caráter mais internacionalista. As concepções do grupo passavam por uma mudança de postura, saindo de uma posição que conjugava pacifismo e reformismo (fortemente influenciada pelo socialista utópico Étienne Cabet) para o acolhimento de ideias revolucionárias com o fito da emancipação da classe trabalhadora, seguindo a ala esquerda do movimento Cartista (que, por sua vez, vai servir de modelo para os futuros sindicatos e partidos políticos operários), cujo maior representante é então George Julian Harney. Assim como na Liga dos Justos, no movimento Cartista as tendências radicais iam triunfando sobre as tendências moderadas, radicalização que favorece o incremento da influência de Marx e Engels. Vale lembrar que a legalização da organização de trabalhadores havia sido conquistada há apenas 21 anos. Em meados da década de 1840, patenteia-se na movimentação acima aludida que o proletariado já não existe meramente como uma contraposição à burguesia, mas inicia a construção de um projeto classista e emancipatório que em última instância reivindica sua própria superação, “converte-se em *classe para si*”<sup>9</sup>.

Portanto, a consolidação da aceitação e desenvolvimento da teoria do valor acontece *pari passu* com a radicalização da postura política de Marx: “o democrata radical de 1842–1843 é um comunista em 1844–1845 e um comunista inserido no emergente processo de organização do proletariado em 1846–1847. E a passagem do democratismo radical para o comunismo operou-se simultânea e articuladamente ao movimento intelectual que levou Marx, a partir dos estudos iniciados em Paris em janeiro de 1844, a descobrir na crítica da economia política o

---

<sup>8</sup>Gabriel, op. cit., p. 127.

<sup>9</sup>NETTO, José Paulo. Apresentação à edição brasileira. In: MARX, Karl. Miséria da Filosofia. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 22.

fundamento para a análise e a crítica sociais<sup>10</sup>.

Os impactos dessas incursões teóricas e do contato mais próximo com o dia a dia do proletariado teve consequências decisivas, como consta em obra seminal sobre a construção do pensamento de Marx: “Estou convencido de que ele voltou de Manchester a Bruxelas com uma visão muito mais favorável à teoria do valor-trabalho”<sup>11</sup>. Das notas críticas aos estudos dos economistas (notadamente a James Mill) entre o final de 1843 e 1844, passando pelos “Manuscritos Econômico-Filosóficos” (1844) até “A Sagrada Família” (fevereiro de 1845), a teoria do valor aparece como uma concepção eclética, sem adesão manifesta, ainda baseada nas formulações de Engels em *Esboço para uma Crítica da Economia Política*, escrito entre o final de 1843 e início de 1844.

Marx, ainda concebendo o valor como idêntico aos preços, critica sua equivalência aos custos de produção, classificando como uma lei abstrata, um movimento fortuito que a economia política toma como movimento real, uma exceção que a teoria econômica clássica transformara em regra, ou ainda o essencial compreendido como acidental<sup>12</sup>. Já é um passo adiante que, a um só tempo, diferencia Marx dos clássicos e o coloca na trilha do que viria a se tornar uma de suas contribuições mais originais.

A inquietação e o ceticismo de Marx se dão em torno do aparente paradoxo entre a estabilidade relativa do valor de troca – determinada pela quantidade de trabalho necessário à produção – e as flutuações dos preços resultantes da dinâmica da oferta e da demanda. Ele percebe que os preços de mercado variam com volatilidade, mas que o economista, ao deter-se nessas flutuações, tende a atribuir os movimentos econômicos ao mero acaso. Portanto, deve existir algum eixo determinado em torno do qual acontecem essas oscilações. É apenas n’*A Ideologia Alemã* (1845–1846) que Marx e Engels assumem, conforme já havia sido argumentado por Ricardo, que esse eixo é o trabalho: “E, mesmo no que diz respeito à moeda metálica, ela é puramente definida pelos custos de produção, quer dizer, pelo trabalho”<sup>13</sup>, de modo que “a conclusão parece inescapável: foi depois de julho de 1845 e antes de finalizar *A Ideologia Alemã* que Marx e Engels foram decisivamente convencidos pela teoria do valor trabalho”<sup>14</sup>.

---

<sup>10</sup>Ibid., p. 23–24.

<sup>11</sup>MANDEL, Ernest. *The formation of the economic thought of Karl Marx: 1843 to Capital*. New York: Monthly Review Press, 1971, p. 45.

<sup>12</sup>MARX, Karl. MECW, v. 3. 1971, p. 211.

<sup>13</sup>MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 386.

<sup>14</sup>Mandel, op. cit., p. 46.

Mas é em *A Miséria da Filosofia* (1847) que se consolida a adesão de Marx à teoria do valor-trabalho, com importantes elementos que aparecem articulados pela primeira vez<sup>15</sup>. É certo que ainda de forma rústica, sem o refinamento teórico que se manifestaria nos *Grundrisse* (1858) e, com efeito, na obra máxima de 1867. Engels cita notável exemplo no prefácio da primeira edição alemã da crítica de Marx a Proudhon: “nem é preciso advertir aos leitores que a terminologia não coincide com a d’*O Capital*. Ela ainda fala de *trabalho* como mercadoria, de compra e venda de trabalho, em vez de *força de trabalho*”<sup>16</sup>. Mais importante, inexistia ainda qualquer desenvolvimento de conceitos como mais-valor e capital, indissociáveis de uma teoria do valor madura. Portanto, o que se assinala aqui é o marco da adesão de Marx à teoria do valor-trabalho.

Neste tema, uma das principais críticas de Marx à compreensão de Proudhon sobre o valor é que este identifica como determinante do valor das mercadorias, o valor do trabalho (sic), incorrendo no mesmo erro de Adam Smith e seu trabalho comandado (*labour commanded*): “o valor do trabalho, como o valor de qualquer outra mercadoria, não pode mais servir para medir o valor [...] portanto, determinar o valor relativo das mercadorias pelo valor do trabalho é ir contra os fatos econômicos. É mover-se num círculo vicioso, é determinar o valor relativo por um valor relativo que, por sua vez, precisa ser determinado”<sup>17</sup>.

Onde Proudhon acerta e, com mal disfarçada vaidade, reivindica originalidade é, de acordo com Marx, o que Ricardo já tinha exposto muito antes sem as suposições arbitrárias e o cariz utópico. “De qualquer maneira, à posteridade parecerá muito ingênuo que o Sr. Proudhon exiba como ‘teoria revolucionária do futuro’ o que Ricardo expôs cientificamente como a teoria da sociedade atual, da sociedade burguesa”<sup>18</sup>. De fato, reforçando o que foi dito acima, as considerações de Marx sobre a teoria do valor-trabalho, quando da sua adesão, ainda não podem ser consideradas uma superação, no sentido dialético, da teoria de Ricardo. Citando o autor inglês, Marx subscreve que “vimos

---

<sup>15</sup> “Não é supérfluo indicar, com ênfase, a devida ressalva que se aplica não apenas aos desenvolvimentos concernentes à Teoria do Valor, mas a toda essa obra. Um dos mais competentes biógrafos de Marx admoesta: “todavia, o desenvolvimento das ideias econômico-políticas marxianas – ou, mais exatamente, a crítica marxiana à economia política – ainda estava longe de alcançar a abrangência, a concreção e o rigor a que o pensamento de Marx acederá uma década depois. [...] Em resumo, e afirmando uma obviedade, o Marx da *Miséria da filosofia* ainda não é o Marx d’*O Capital*” (NETTO, 2017, p. 31).

<sup>16</sup> ENGELS, Friedrich. Prefácio de Engels à primeira edição alemã. In: MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 162.

<sup>17</sup> MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 62.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 55, grifo nosso.

o trabalho como o fundamento do valor das coisas, e a quantidade de trabalho necessário à sua produção como o padrão que determina as quantidades respectivas das mercadorias que devem ser dadas em troca por outras”<sup>19</sup>.

No entanto, Marx já traz pelo menos dois elementos distintivos que seriam desenvolvidos adiante. O primeiro, já destacado acima, e que Marx chama atenção mais de uma vez, é o caráter especificamente histórico que ele atribui já à teoria do valor de Ricardo: “A doutrina ricardiana resume rigorosamente, impiedosamente, toda a burguesia inglesa, que é em si mesma a típica burguesia moderna”<sup>20</sup>. Se sua teoria do valor tardaria ainda alguns bons anos para se desenvolver, a concepção histórico-materialista já estava em 1845 a pleno vapor, o que seria atestado pela escrita com Engels, no ano seguinte, d’*A Ideologia Alemã*. O trabalho como denominador comum de toda a sociedade produtora de mercadorias, e apenas dela, já aparece sugerido na crítica ao autor francês: “Mas essa equalização do trabalho não é obra da justiça eterna do Sr. Proudhon; ela é, simplesmente, a maneira de ser da indústria moderna”<sup>21</sup>. Há também um rudimento do conceito de tempo de trabalho socialmente necessário. É importante enfatizar este ponto: o que determina o valor não é o tempo de produção de uma coisa, mas o mínimo de tempo no qual ela pode ser produzida, e esse mínimo é constatado pela concorrência<sup>22</sup>.

Portanto, é em meados da década de 1840 que podemos situar a construção das fundações de um dos pilares de todo o edifício teórico marxista, em um contexto de amadurecimento da própria classe operária como classe para si e do aprofundamento da Revolução Industrial, cujas contradições se veem reeditadas ou mesmo adensadas na contemporaneidade. A teoria marxiana do valor-trabalho apenas apareceria madura nos *Grundrisse* (1858) e, evidentemente, na obra máxima em 1867.

São exposições, análises, interpretações e desdobramentos baseados na versão madura da teoria do valor que compõem o tema deste dossiê. O leitor ou leitora poderá constatar que, apesar da dimensão e potência da teoria do valor como ferramenta teórica para a nossa sociedade, ela não se encerra em uma entidade monolítica e dogmática. Pelo contrário, é pela sua pertinência e abrangência que existe uma pluralidade de abordagens possíveis, uma miríade de caminhos inter-

---

<sup>19</sup>Ibid., p. 57.

<sup>20</sup>Ibid., p. 55.

<sup>21</sup>Ibid., p. 61.

<sup>22</sup>Ibid., p. 70.

pretativos ou fenômenos contemporâneos que podem ser explorados. Toda essa multiplicidade, evidentemente, calcada na materialidade histórica das situações concretas. Sem a pretensão de esgotar ou sequer sumarizar toda essa pletora de possibilidades, este dossiê, *dividido em dois números do volume 16 da Nexos Econômicos*, oferece contribuições inéditas que podem ser usufruídas por variado público, desde o/a estudante iniciante aos/às pesquisadores/as experientes, trabalhadores e trabalhadoras, dirigentes sindicais ou militantes interessados em buscar embasamento teórico para a práxis emancipatória.

### **Apresentação dos textos deste primeiro número do Dossiê**

Neste primeiro número do dossiê podem ser encontrados, para além dos artigos inéditos, dois textos de marxistas estrangeiros, já publicados em língua inglesa, que julgamos importante verter para a língua portuguesa para que estudantes, trabalhadores e organizações trabalhistas e políticas possam ter acesso facilitado.

O primeiro deles é de autoria de Geert Reuten, professor de economia há 35 anos junto à Universidade de Amsterdã, ex-senador holandês pelo Partido Socialista e autor de importantes livros sobre a obra de Marx e a transição para uma sociedade não capitalista. Seu artigo neste dossiê, *A conceituação Marxiana de valor n'O Capital*, Reuten trata, a partir dos textos originais de Marx presentes na MEGA, das alterações na compreensão marxiana do valor entre a redação provisória dos livros II e III d'*O Capital* e a redação final do livro I. Além de esclarecer algumas diferenças entre os escritos acabados e provisórios de Marx, Reuten deixa claro ao leitor que o economista alemão foi sempre crítico de seu próprio trabalho e, portanto, ser marxista é, também, ser crítico de Marx e buscar, sempre, aperfeiçoar a compreensão da realidade socioeconômica a partir do grande legado marxiano: seu método.

O segundo autor é mais conhecido do público brasileiro em geral. Trata-se do marxista esloveno Slavoj Žižek, professor do Instituto de Sociologia e Filosofia da Universidade de Ljubljana. Em *É o trabalho abstrato universal?* o autor esloveno criticará a proposição de Kohei Saito – marxista japonês autor dos *bestsellers O ecossocialismo de Karl Marx* e *Marx in the Antropocene: towards the idea of degrowth communism* –, na qual o japonês apresenta o trabalho abstrato enquanto uma categoria trans-histórica. A opção pela tradução do texto de Žižek dá-se não apenas pelo protagonismo adquirido por Saito, mas, principalmente, por estarem presentes neste número alguns textos que se inserem nesse mesmo debate: *O caráter histórico do trabalho na*

*sociedade produtora de valor: o trabalho abstrato como mediador social do capitalismo*, de autoria de um dos organizadores deste dossiê, Vinícius Ferreira Lins, e *Mercadoria, dialética e o caráter a-histórico do trabalho abstrato e do valor*, escrito por Lucas Milanez et. al. Embora nenhum dos textos recorra a Saito ou Žižek, o texto de Lins, ao adotar a perspectiva de Moishe Postone, se aproxima da proposição do marxista esloveno, enquanto Milanez et. al., a partir de uma interpretação de trechos da obra de Marx, adotaram posição equivalente à do marxista japonês.

O quinto artigo deste número do dossiê, *As teorias do valor trabalho incorporado (fisiológico) e abstrato (como relação social) coexistem*, é de autoria de Tiago Camarinha Lopes e tratará de uma interpretação do trabalho abstrato bastante original, para a qual o autor busca reconstruir o percurso intelectual que levou Marx a adotar a teoria do valor-trabalho depois de tê-la rejeitado nos manuscritos de 1844.

Na sequência dessa rica discussão sobre o trabalho abstrato, encontra-se o artigo controverso redigido por José Micaelson Lacerda Moraes, *A autodeterminação do valor e a autonomização do mais-valor*, no qual como o próprio título indica, buscará demonstrar a possibilidade da autonomização do mais-valor frente à força de trabalho. O argumento apresentado pelo autor, em que pesem as possíveis divergências que possamos guardar, é logicamente redigido e suscita importantes debates dentro do campo marxista.

No fechamento deste número, Leonardo Segura Moraes e Raquel de Azevedo apresentam *Notas para um estudo marxista dos valores adicionados na economia brasileira contemporânea (2010-2021)*. Nesse trabalho empírico, através da contabilidade de algumas empresas de capital aberto listadas na B3, os autores apresentam os primeiros resultados de sua pesquisa, na qual buscam identificar a transferência de valor entre os setores.

Cabe denotar que os dois últimos artigos guardam divergência importante, já que enquanto Moraes propõe uma interpretação do valor como totalidade, Moraes e Azevedo, ao partirem para um nível de análise mais concreto, o identificam quantitativamente. Não é dizer que o neguem enquanto totalidade, já que buscam essa a partir da transformação dos valores em preço.

Como deve ter percebido o leitor, este número não trata de textos selecionados randomicamente, mas compõe um importante debate sobre categorias caras à obra de Marx: trabalho e valor. Desejamos a todos e todas uma excelente leitura.